

José Claudinei Lombardi  
Marcos Lima  
(Orgs.)

EDUCAÇÃO E REVOLUÇÃO:  
AS REVOLUÇÕES NOS SÉCULOS XIX E XX  
E AS POSSIBILIDADES DE UMA NOVA EDUCAÇÃO

1ª Edição Eletrônica

Uberlândia / Minas Gerais  
Navegando Publicações  
2020



## APRESENTAÇÃO\*

### EDUCAÇÃO E REVOLUÇÃO: as revoluções nos séculos XIX e XX e as possibilidades de uma nova educação

Conjuntura complexa, com rápido aprofundamento das crises que acoessam a humanidade, no seio mesmo de suas formações sociais. O agravamento da conjuntura econômica, social e política veio acompanhado de uma nova pandemia que acentua ainda mais os efeitos devastadores das crises. Em meio a esse contexto, coloca-se como desafio o desenvolvimento de novas formas de organização social, ancoradas em relações sociais de novo tipo, sobre as quais se assentam diferentes propostas revolucionárias de educação do futuro.

O presente livro é resultado das aulas e seminários ocorridos na disciplina Seminário I: Educação e Revolução, coordenada pelos professores José Claudinei Lombardi, Mara Regina Martins Jacomeli e Demerval Saviani. O objetivo dos estudos coletivos realizados na disciplina foi a compreensão das ligações da educação com as novas formas de organização social resultantes dos processos revolucionários ocorridos nos séculos XIX e XX. De forma dialética, esclarece dúvidas e nos fornece caminhos para a compreensão da nossa práxis revolucionária. A prática social como professores, pós-graduandos e militantes, por vezes, nos coloca em relação conflitante com a realidade, que se apresenta como um todo caótico, limitando nossa atuação. Dúvidas de como desenvolver uma educação integral, uma formação humana plena que promova formas de emancipação, ainda que no interior da sociedade burguesa, marcada por um sistema de ensino impregnado pela lógica capitalista, sempre nos acompanharam. Longe da pretensão de que tais dúvidas possam ser de imediato sanadas, colocou-se como objetivo dos debates coletivos, cujos resultados são ora apresentados à re-

---

\* DOI - 10.29388/978-65-86678-06-2-f.13-26

flexão crítica e a localização da educação e da escola como um campo de luta pela hegemonia, nos garantindo fôlego no contexto das crises.

O debate acerca da lógica dialética em contraposição à lógica formal nos mostra que apesar de a escola ser uma instituição do Estado burguês, é possível, entendendo a essência revolucionária do conhecimento, desenvolver um movimento contra-hegemônico na escola, organizando professores e alunos para a compreensão crítica da realidade e sua transformação. Obviamente, que não podemos ser romântico e acreditar em um poder surreal e/ou idealista da escola. É preciso compreender os limites da educação enquanto instituição localizada no âmbito da superestrutura, sem, no entanto, anular seu potencial transformador, já que estrutura e superestrutura relacionam-se dialeticamente no interior do modo de produção capitalista e que determina, em última instância, as características e os papéis dos seus aparelhos ideológicos. Apesar desse pressuposto, temos que compreender a superestrutura também como espaço de contradição e resistência, em um movimento de reciprocidade e interdependência entre estrutura e superestrutura, possibilitando espaços de abertura para novas formas de organização social e educação.

A leitura dos clássicos e as aulas evidenciaram a forte relação entre a educação e a revolução, possibilitando-nos o entendimento de que a socialização dos meios de produção e a socialização do conhecimento científico, artístico e filosófico são momentos indissociáveis do processo de superação da propriedade privada. Um não substitui o outro, assim como não estabelecem uma relação mecânica de simples decorrência. De maneira dinâmica e dialética a plena formação da humanidade garante a emancipação humana e a construção da sociedade sem classes, assim como a sociedade sem classes leva à emancipação humana. A formação omnilateral, a formação do homem novo, o ensino politécnico e o trabalho como princípio educativo, fazem parte do ideário de Marx e Engels que, apesar de não terem analisado detidamente a educação, apresentam em seus textos significativos apontamentos sobre a problemática educativa. As experiências que consegui-

ram se contrapor à lógica capitalista, com diferentes durações temporais - curto prazo, médio ou que perduram até os dias de hoje - não deixam dúvidas quanto à importância da educação socialista nos processos revolucionários.

A disciplina forneceu um plano de estudo amplo, com referencial teórico clássico e também contemporâneo. A participação dos professores responsáveis pela disciplina em todas as aulas, assim como a presença de professores convidados, demonstram a necessária relação entre trabalho e educação. A atenção para planos de esvaziamento do sentido da escola, tanto da direita quanto da esquerda, nos fazem atentar para a perversidade de movimentos como “Escola Sem Partido”, assim como o perigo das pedagogias do “aprender a aprender”, sem falar do ativismo empresarial no interior do “Compromisso Todos Pela Educação”, cooptando e neutralizando a perspectiva transformadora de setores populares desavisados. Precisamos, seguindo os exemplos históricos de experiências revolucionárias em educação, trabalhados em sala de aula, valorizar o que foi socialmente produzido no campo do conhecimento, como conteúdo a ser transmitido no ato de produzir direta e intencionalmente nos indivíduos singulares a humanidade historicamente produzida pelo conjunto dos homens, como propõe a Pedagogia Histórico-Crítica. Isso não significa a recepção passiva do saber por parte dos indivíduos, mas a instrumentalização para a continuidade da luta em novas trincheiras, ainda que em condições distantes de nossa escolha, sem cedermos ao reformismo, por um lado, ou ao imobilismo, por outro, a pretexto da ausência de alternativas ou bases materiais ou, ainda, condições subjetivas.

Por fim, destacamos a importância dos artigos que compõem a coletânea que ora apresentamos aos leitores, verdadeiros instrumentos teóricos de combate para que possamos compreender o lugar que a educação ocupa no processo de transformação estrutural da sociedade, capacitando-nos para a luta por hegemonia no âmbito da escola pública.

No Capítulo 1, **Educação e Revolução: as revoluções dos séculos XIX e XX e os fundamentos de uma Pedagogia Comunista**, entendendo a revolução como o processo radical de transformação econômica e social da sociedade capitalista, José Claudinei Lombardi e Luiz Bezerra perguntam: quais os fundamentos de uma pedagogia revolucionária? Na primeira parte, os autores definem os conceitos de educação, pedagogia, escola e revolução, aqui distantes do esvaziamento de sentido que marca a perspectiva liberal, sobretudo no que se refere ao significado de educação e, por decorrência, do conteúdo do conceito de pedagogia. Respondendo à questão que abre o artigo, os autores apresentam, na segunda parte, os fundamentos de uma Pedagogia Comunista, reiterando, à guisa de conclusão, os traços marcantes de uma pedagogia revolucionária, sintetizados na Pedagogia-Histórico-Crítica.

No Capítulo 2, **Comuna de Paris e educação**, Paulino José Orso aborda o tema da educação na Comuna de Paris, quando os trabalhadores parisienses, “tomando de assalto os céus”, ousaram implementar a primeira experiência de poder proletário, apontando os limites das reformas burguesas da era moderna. Durante 72 dias, os trabalhadores parisienses implementaram propostas autogestionárias no âmbito da produção material e simbólica, destacando-se a proposta de uma educação pública gratuita, laica, obrigatória e universal, substantivando o abstrato conceito burguês de democracia. Diante da estratégia burguesa de apagar da memória da humanidade, o exemplo dos *communards*, conclama o autor, apoiado em Marx, a unidade da classe trabalhadora que, inspirada no exemplo da Comuna de Paris, é chamada a superar os limites da educação a cargo do Estado burguês, organizando direta e intencionalmente a gestão pública dos meios de produção no interior da sociedade comunista.

José Claudinei Lombardi, no Capítulo 3, **A educação e a Comuna de Paris. Notas sobre a construção da escola pública, laica, gratuita e popular**, apresenta sua análise histórica da Comuna, destacando-a como um movimento de contestação ao Estado burguês. Lembrar a Comuna de Paris é aventar a possibilidade da tomada de po-

der pela classe trabalhadora e a construção, como diria Marx, de um governo do povo e pelo povo”, única alternativa de fato contundente à barbárie produzida pela profunda crise em que se encontra o modo de produção capitalista. Inspirado na Comuna, Lombardi desenvolve a problemática da educação, para além dos limites desse evento histórico, em três momentos: 1) a construção histórica da educação pública, notadamente sobre o desenvolvimento da escola pública na França; 2) na caracterização das deliberações e encaminhamentos da Comuna sobre educação e, mais especificamente, sobre a escola; 3) nas análises e propostas de Marx sobre a educação. Ao final, conclui o autor, na construção do novo já apontado pela Comuna de Paris, cabe à educação comunista superar o caráter mistificador e conformista presente na escola atual, desvinculando-a de tudo o que é caduco e tem necessariamente de perecer.

No Capítulo 4, **Os dias da Comuna de Brecht: educação sob a perspectiva do “teatro tribuna”**, Juliana Gobbe, Durval de C. Montovanni Jr. e Maria Angélica B. Q. Albardeiro articulam à historiografia da Comuna de Paris a instigante peça *Os dias da Comuna*, de Bertold Brecht, obra em que o autor alemão, de maneira irônica, aborda as fraturas sociais na sociedade francesa do século XIX. Apoiados no materialismo histórico-dialético, os autores apresentam uma análise do significado histórico da obra de Brecht, destacando os aspectos da realidade que ela expressa. Um teatro que “ensina politizando”, trazendo ao público por meio da arte o horizonte da realidade, para que este reflita sobre seu tempo. No clima da Comuna de Paris, refletiu Augusto Boal, próximo a Brecht: “o teatro é uma arma, e é o povo que deve manejá-la”. Em tempos de obscurantismo e irracionalismo, concluem os autores, inspirados pelo teatro brechtiano, torna-se imperioso a introdução nas escolas de uma arte com horizonte político, promovendo concomitantemente a sensibilidade e o senso crítico, elementos fundamentais para que os indivíduos se tornem sujeitos coletivos das transformações sociais.

Abrindo o conjunto de capítulos sobre a educação na Revolução Russa, no Capítulo 5, **Revolução e educação: a experiência soviética**, Marisa Bittar e Amarilio Ferreira Jr. apresentam, na primeira parte, o contexto econômico e político das primeiras décadas da revolução. Na esteira da construção das bases materiais de sustentação da nova sociedade socialista, os fundamentos de uma nova cultura foram desenvolvidos, destacando-se o esforço para se realizar a universalização da escola de Estado, tarefa assumida pelo Comissariado Nacional da Educação (NarKomPros), responsável por toda a vida cultural do Estado soviético, substituindo o antigo “Ministério da Educação” da época tsarista. Como destacam os autores, foram as transformações econômicas, políticas e sociais levadas a cabo pelo processo revolucionário que estabeleceram as condições para que as principais tarefas educacionais fossem realizadas, ainda nas duas primeiras décadas da revolução. Graças à modernização das forças produtivas e o desenvolvimento de avanços como a produção de energia elétrica, puderam os soviéticos desenvolver campanhas exitosas de alfabetização de massas. Desse processo, emerge uma pedagogia ancorada na relação instrução-trabalho, tema fundamental da educação moderna, que longe da adequação acrítica do trabalhador ao processo produtivo, resultado em última instância da Escola Nova, tem como objetivo a sua formação omnilateral.

No Capítulo 6, **Contribuições para refletir sobre a educação e a juventude na Revolução Russa**, Ana Carolina de A. Fulfaro, Osvaldo de Souza e Viviane Cardoso da Silva abordaram a papel da juventude comunista no contexto da Revolução Russa, ampliando a reflexão até os dias atuais, apontando a possibilidade de interlocução entre a experiência da juventude comunista russa no período pós-revolução e o movimento de ocupação das escolas, entre os anos de 2015 e 2016, no Brasil. Em ambos os contextos históricos, a problemática da organização do trabalho escolar ganha centralidade na reflexão dos autores, evidenciando-se a atualidade da proposta de autogestão estudantil que se tornou realidade no contexto da Revolução. A juventude se destaca

como edificadora da nova sociedade comunista, assumindo compromissos sociais que evidenciam os aspectos pedagógicos do processo de transformação social, materializando a articulação entre a instrução e a execução do trabalho socialmente necessário, experiência capaz de instrumentalizar a práxis revolucionária da juventude estudantil na atualidade, suscitando propostas pedagógicas que, inspiradas na escola única do trabalho e no princípio educativo do trabalho, ainda que nas condições atuais, são capazes de subverter os fundamentos do Estado educador capitalista.

O Capítulo 7, de autoria de Leandro Sartori, tem por título **Educação e transição socialista soviética: perspectivas dos primeiros anos do regime**. Para o autor, a Revolução Russa se coloca como alternativa histórica própria do acirramento do conflito de classes. No princípio do século XX o capitalismo russo tem traços desiguais, combinando profundas disparidades na produção da existência. Os conflitos postos pela crise econômica e política instaurada no país, em especial na conjuntura da I Guerra Mundial, favorece a insurgência das massas proletarizadas dirigidas pela vanguarda bolchevique. Dentre os inúmeros desafios impostos aos revolucionários, destaca-se a educação, encarada como possibilidade de formação do homem comunista. O campo educacional é espaço de intensas disputas de projetos político-pedagógicos comprometidos com os ideais de construção da nova sociedade, que devem responder às enormes contradições do processo de transformação da base estrutural e superestrutural do país. Nos primeiros anos da revolução, grosso modo, o ativismo pedagógico centrado nas possibilidades locais prepondera nas discussões e projetos de escolarização. Neste artigo, o autor discute as perspectivas pedagógicas colocadas na materialidade dos anos iniciais da transição socialista soviética, indicando que seus princípios não podem ser tomados como referência universal do socialismo soviético - tal qual tem sido feito por alguns pesquisadores da área -, mas que correspondem pontualmente à conjuntura em que estão inseridos.



No Capítulo 8, **A Revolução Russa e os desafios à Pedagogia-Histórico-Crítica**, José Claudinei Lombardi traça as linhas gerais da educação nas condições históricas em que se deu a Revolução Russa. O texto está organizado em três pontos. No primeiro, Lombardi apresenta o significado histórico da Revolução Russa, que não pode ser separada das revoluções burguesas, no interior das quais se deu o surgimento das classes fundamentais do capitalismo, a partir de onde se forjaram as lutas do proletariado contra a exploração capitalista. O autor compartilha do entendimento de que a Revolução Bolchevique foi um fato fundamental para história do Século XX, notadamente como referência ao proletariado, tal qual o foi a Revolução Francesa para demarcar o fim do antigo regime e a vitória política da burguesia revolucionária. No segundo ponto, o autor apresenta sua leitura da educação na primeira fase da Revolução de Outubro, estudando-se o relatório apresentado no *I Congresso de Toda a Rússia para a Instrução Pública*, denominado “*A Educação na Rússia Revolucionária*”, ocorrido em 1922, pelo Presidente do Comissariado do Povo para a Instrução Pública, Anatóli Lunatcharski, que descreveu as questões fundamentais da educação no contexto da revolução. Na terceira e última parte, Lombardi nos apresenta as possíveis contribuições da educação na Rússia revolucionária no processo de construção da Pedagogia Histórico-Crítica, colaborando para o desenvolvimento coletivo da concepção pedagógica histórico-crítica.

No Capítulo 9, **Notas e reflexões sobre a educação na China revolucionária**, iniciando a reflexão sobre os fundamentos da pedagogia socialista na Revolução chinesa, de 1959, Marcos Lima, Marcio B. de Carvalho e José Claudinei Lombardi apresentam à guisa de introdução o histórico de submissão do povo chinês às forças imperialistas e opressão interna dos caudilhos e proprietários de terra, que não raramente se aliavam às forças invasoras para controlar as iniciativas populares de libertação. Sobre tais bases, emergiu uma educação para privilegiados, marcada por um sistema de seleção e discriminação. Duas décadas antes da Grande Revolução de 1949, destacam os auto-

res, Mao Tse-tung realizou os primeiros apontamentos no interior do processo de libertação da China, evidenciando que, longe de um assalto inesperado, a revolução chinesa foi marcada por um processo de amadurecimento das estratégias político militares, cujo caráter pedagógico é evidente. Na segunda parte, os avanços na educação das massas deságuam na Revolução Cultural, iniciada em 1966, reiterando-se na conclusão o vínculo necessário entre a educação popular e a transformação radical da sociedade, tal qual nos aponta a experiência revolucionária chinesa.

No Capítulo 10, **A educação socialista na China durante a Grande Revolução Cultural Proletária (1966-1976)**, Marilsa Miranda de Souza realiza apontamentos sobre a educação na China Socialista, especialmente no curso da Grande Revolução Cultural Proletária (GRCP) de 1966 a 1976. A primeira fase da Revolução Chinesa se desenvolveu na ordem econômica e política, passando posteriormente passou para o campo ideológico com a GRCP que desencadeou a chamada Revolução no Ensino, fundada nos princípios do marxismo-leninismo e no pensamento de Mao Tse-tung. A radical transformação no ensino no percurso da Grande Revolução teve como pilar fundamental a vinculação do ensino com o trabalho produtivo, contando com ampla participação das massas operárias e camponesas, que tomaram em suas mãos a tarefa de defender o socialismo contra o processo de restauração capitalista na China. Nesse processo, também os educadores e a intelectualidade burguesa foram reeducados pelas circunstâncias revolucionárias, experiência cujos aportes podem orientar a luta de classes na atualidade

No Capítulo 11, **A educação em Cuba: da sociedade do açúcar ao gosto amargo de bloqueio**, Maria do Carmo L. C. Leite apresenta uma síntese da educação cubana, produzida a partir do contato pessoal da autora com associações de massa, Congressos, Institutos Superiores Pedagógicos e centros escolares cubanos, nos últimos trinta anos, acompanhando de maneira atenta aos desdobramentos da Revolução iniciada em 1959, sobretudo, no âmbito da educação. Leite resgata o

histórico colonial e semicolonial da ilha, marcado pela desestruturação das comunidades indígenas, imposição do trabalho forçado e advento da escravidão negra no interior da sociedade açucareira. Do processo de resistência à dominação emergiram ideias libertárias como as de José Martí, centradas na participação ativa do povo na vida política e social e o reconhecendo do seu papel como sujeito histórico. Já no século XX, caracterizado pelo atraso educacional causado pela exploração, inspirada em Martí a Revolução Cubana passou a priorizar a educação como pedra angular da construção da nova sociedade socialista.

Dando continuidade à temática da educação no contexto da Revolução Cubana, no Capítulo 12, **Educação cubana: caminhos para a formação humana integral**, Crislaine M. S. Modesto e Clarivaldo S. Brito retomam o histórico da Revolução de 1959, marcado pela derrubada do ditador Fulgêncio Batista, títere do imperialismo estadunidense na ilha de Cuba, por um grupo de guerrilheiros liderados por Fidel Castro, Che Guevara, Raúl Castro e Camilo Cienfuegos. Na sequência, os autores abordam a temática da educação no seio da Revolução, desenvolvendo os fundamentos da educação cubana, ancorada numa formação integral que extrapola os limites dos currículos e manuais didáticos, caracterizando-se pela adesão consciente dos professores ao processo revolucionário. Gradativamente, a herança neocolonial foi sendo superada, tendo como um dos instrumentos da construção do homem novo e da mulher nova, uma educação baseada no tripé do ensino intelectual (cultura geral), desenvolvimento físico (ginástica e esporte) e aprendizado profissional (técnico e científico). Como uma das principais heranças da revolução cubana, destacam os autores na conclusão a participação organizada da população no processo revolucionário, um dos princípios pedagógicos marcantes da Revolução, possibilitando a resistência coletiva que inspira movimentos populares em todo o mundo.

No Capítulo 13, **A revolução cubana e a educação**, Elaine Duarte e Mara Jacomeli apresentam o conteúdo da reforma integral do sistema de ensino cubano, centrada na tarefa de formação cultural,

moral, política e física dos indivíduos, combinando estudo e trabalho socialmente necessário. O resultado seria um aluno culto, instruído de forma integral, em tempo integral, capacitando para as tarefas de edificação do socialismo. Toda a sociedade cubana se mobilizou em torno das tarefas revolucionárias no âmbito da educação, destacando-se a atuação dos sindicatos e cooperativas que, em conjunto com o exército de alfabetização “Conrado Benitez” e as brigadas “Pátria o muerte”, conquistaram para Cuba o *status* de nação livre do analfabetismo, evidenciando a eficiência dos métodos em sintonia com a moral revolucionária, forjando-se, como destacam as autoras, à guisa de conclusão, uma formação omnilateral capaz de desenvolver os seres humanos em todos os sentidos e aptidões.

O Capítulo 14, intitulado **Pedagogia Histórico-Crítica e a práxis revolucionária: os limites da pedagogia**, de Rafael Fernando da Costa, abre o conjunto de capítulos sobre a Pedagogia Histórico-Crítica, cuja principal referência é Dermeval Saviani, coordenador geral do Grupo de Estudos e Pesquisas História Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR). Costa situa a Pedagogia Histórico-Crítica no âmbito das pedagogias revolucionárias. Se, por um lado, estão equivocados aqueles que atribuem à escola um papel ilusório, por outro, enganam-se os que no âmbito das teorias crítico-reprodutivistas negam o papel da escola na luta de classes. Para a Pedagogia Histórico-Crítica, a solução do dilema, destaca o autor, está na compreensão da unidade dialética entre educação e revolução, em um movimento de interdependência e reciprocidade. A escola não faz a revolução, mas a socialização do conhecimento é um elemento fundamental para viabilizá-la. É necessário que a socialização do conhecimento, um pressuposto da Pedagogia Histórico-Crítica, esteja articulada ao processo de socialização dos meios de produção e do produto do trabalho. Do processo de transformação social, para além do domínio dos conhecimentos, uma nova visão de mundo deve emergir, traduzida em um novo posicionamento diante da realidade. O que nos permite concluir com o autor que a teoria da educação somente é revolucionária quando inserida nas mas-

sas, instrumentalizando-as no processo de emancipação, tal qual propugna a PHC.

No Capítulo 15, **A educação nas revoluções dos séculos XIX e XX e a Pedagogia Histórico-Crítica como uma teoria pedagógica para a revolução no século XXI**, Raquel Elizabete de Oliveira Santos destaca a importância da educação no processo de construção da sociedade comunista. Se é verdade que um projeto de educação de tal tipo somente se efetivará numa nova sociedade, distanciando-se de qualquer determinismo, a autora enfatiza a potência da educação para a construção do novo ser humano. Na primeira parte do capítulo, autora apresenta uma síntese das contribuições pedagógicas das revoluções dos séculos XIX e XIX, destacando-se a Comuna de Paris, a Revolução Russa e a Revolução chinesa, para, em seguida, desenvolver os fundamentos da Pedagogia Histórico-Crítica, advogada pela autora como instrumento teórico para a revolução no século XXI. No bojo das teorias críticas, sem capitular ao reprodutivismo, emerge a Pedagogia Histórico-Crítica, enfatizando o papel da escola como instituição socializadora de um ensino de qualidade, ainda que nas condições atuais. O que coloca como tarefa ao educador a serviço das ideias revolucionárias a vigilância teórica constante, para não incorrer, ingenuamente, no equívoco da adesão acrítica a ideias liberais e neoliberais às quais se contrapõe.

No Capítulo 16 **Fundamentos marxianos e marxistas da Pedagogia Histórico-Crítica, uma discussão sobre o trabalho, o conhecimento e a perspectiva revolucionária**, Robson Machado resgata os pressupostos marxianos e marxistas da Pedagogia Histórico-Crítica, enfatizando a problemática inaugurada pela tradição marxista, sobretudo no que se refere à teoria do conhecimento, que encontra na Pedagogia Histórico-Crítica uma mediação no seio da prática social global e edificação do “reino da liberdade”. Transitando pela temática do trabalho, entendido como categoria central de análise no constructo teórico metodológico marxista, o autor destaca o vínculo entre o trabalho e a educação, desaguando na relação entre o trabalho educativo e o

conhecimento sistematizado. À guisa de conclusão, o compromisso político e a competência técnica se articulam dialeticamente na práxis revolucionária, instrumentalizada pelos avanços teórico-práticos proporcionados pela Pedagogia Histórico-Crítica.

Fechando a coletânea, no Capítulo 17, **A Pedagogia Histórico-Crítica e a atuação política dos professores: questionamentos e apontamentos táticos para uma estratégia revolucionária**, Jeferson Gonzáles nos apresenta uma provocativa reflexão sobre o papel dos professores que reivindicam a Pedagogia Histórico-Crítica como referencial teórico-metodológico. Caso a sua defesa não se restrinja ao que o autor classifica como adesão por “sedução”, é necessário que os professores dominem os fundamentos teórico-filosóficos e políticos da Pedagogia Histórico-Crítica, cuja práxis é definida no conceito de “professor militante”. Entendendo a Pedagogia Histórica-Crítica como um instrumento a serviço dos subalternos na construção de sua hegemonia, articulando o espaço escolar aos movimentos de superação da ordem capitalista, os movimentos sociais populares se destacam como espaço de participação e organização das novas gerações. É preciso superar os muros da escola, sentencia Gonzáles, fortalecendo os aparelhos de contra-hegemonia em favor das camadas populares, conjugando, na prática, educação e revolução.

Esperamos que, nestes nossos tempos contraditórios, que a publicação do livro recoloque para todos nós educadores a perspectiva da revolução socialista, situando os educadores que almejam colaborar coletivamente para a construção da Pedagogia Histórico-Crítica como organizadores permanentes, realizando a aproximação das universidades e escolas públicas dos movimentos de superação da ordem capitalista.

Ainda que tal vínculo esteja na gênese da Pedagogia Histórico-Crítica, essa linha político-pedagógica e estratégica teve um momento significativo em 2010, com a organização da disciplina *A Pedagogia Histórico-Crítica e os movimentos sociais populares*, organizada pelos professores Dermeval Saviani, José Claudinei Lombardi e Mara Jaco-

meli, junto à Faculdade de Educação da Unicamp, articulando a reflexão teórico-prática dos movimentos sociais populares ao debate acadêmico no interior do Grupo de Estudos e Pesquisas HISTEDBR. Com a presente obra, o HISTEDBR dá mais um firme passo no processo de instrumentalização das classes subalternas para a organização de uma nova educação que sirva aos seus interesses no processo de transformação radical da sociedade capitalista.

*Marcos Lima*  
*José Claudinei Lombardi*